

A CONTINUIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DURANTE PANDEMIA DA COVID-19: breves considerações estratégias adotadas pelos professores

CONTINUITY OF TEACHING IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS DURING THE COVID-19 PANDEMIC: brief strategic considerations adopted by teachers

CONTINUIDAD DE LA ENSEÑANZA EN ESCUELAS PÚBLICAS BRASILEÑAS DURANTE LA PANDEMIA COVID-19: breves consideraciones estratégicas adoptadas por los docentes

João Victor Lima Belchior Castro¹

Centro Universitário UNDB, São Luís, Maranhão

Igor Tálisson Carreira Furtado²

Centro Universitário UNDB, São Luís, Maranhão

Lidiane Verônica Collares da Silva³

Centro Universitário UNDB, São Luís, Maranhão

RESUMO

Estudo que objetiva analisar as estratégias de ensino adotadas por professores das escolas públicas brasileiras durante a pandemia da COVID-19. Assim, pretende-se investigar as dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas em dar continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante o período pandêmico e apresentar os impactos no ensino público se comparado ao das instituições privadas. Para alcance dos resultados, trata-se de uma pesquisa básica, de caráter exploratório, de abordagem qualitativa e que faz uso de

¹ Centro Universitário Dom Bosco (UNDB). Graduando em Psicologia joabelchior11@gmail.com.

² Centro Universitário Dom Bosco (UNDB). Graduando em Psicologia igortfurtado@gmail.com.

³ Docente do Centro Universitário UNDB. Mestra em Psicologia. UNDB Centro Universitário. lidiane.collares@undb.edu.br.

procedimentos bibliográficos e documentais, consistindo na revisão de literatura sobre o tema abordado. Pontua-se o desgaste dos professores das instituições públicas frente à demanda da presença na rotina educacional, que contrasta com as condições desfavoráveis dos alunos para sustentar o ensino remoto e/ou híbrido. Reforça que o Estado não oferece o suporte fundamental para seus docentes e discentes e como a pandemia veio escancarar ainda mais as diferenças de oportunidades entre as instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: COVID-19. Ensino Remoto. Método Híbrido. Estratégias de Ensino.

ABSTRACT

Study that aims to analyze the teaching strategies adopted by teachers in Brazilian public schools during the pandemic of COVID-19. Thus, it is intended to investigate the difficulties faced by public institutions in continuing the teaching-learning process during the pandemic period and to present the impacts on public education compared to that of private institutions. To achieve the results, it is a basic research, of an exploratory nature, with a qualitative approach and which makes use of bibliographic and documentary procedures, consisting of a literature review on the topic addressed. The wear of teachers in public institutions is highlighted in the face of the demand for their presence in the educational routine, which contrasts with the unfavorable conditions of students to support remote teaching. It reinforces that the State does not offer fundamental support for its teachers and students and how the pandemic has opened up even more the differences in opportunities between public and private institutions.

Keywords: COVID-19. Remote Teaching. Teaching Strategies.

RESUMEN

Estudio que tiene como objetivo analizar las estrategias de enseñanza adoptadas por los docentes en las escuelas públicas brasileñas durante la pandemia COVID-19. Así, se pretende investigar las dificultades que enfrentan

las instituciones públicas para continuar el proceso de enseñanza-aprendizaje durante el período pandémico y presentar los impactos en la educación pública en comparación con la de las instituciones privadas. Para lograr los resultados, se trata de una investigación básica, de carácter exploratorio, con enfoque cualitativo y que hace uso de procedimientos bibliográficos y documentales, consistente en una revisión de la literatura sobre el tema abordado. Señala el desgaste de los docentes en las instituciones públicas ante la demanda de presencia en la rutina educativa, que contrasta con las condiciones desfavorables de los estudiantes para sostener la educación a distancia. Refuerza que el Estado no ofrece un apoyo fundamental a sus docentes y estudiantes y cómo la pandemia ha abierto aún más las diferencias de oportunidades entre instituciones públicas y privadas.

Palabras clave: COVID-19. Enseñanza remota. Estrategias de enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

A realidade das instituições públicas de ensino brasileiras nunca foi fácil. Desde a precarização de materiais e estrutura que são essenciais para proporcionar um bom processo de ensino-aprendizagem, até a desvalorização do professor no quesito jornada de trabalho *versus* salário, que acaba por transparecer as desigualdades educacionais do país. Somado a isso, a realidade social e econômica da maioria dos alunos das escolas públicas não favorece seu desenvolvimento acadêmico, deixando-os em desvantagens quanto às oportunidades na vida.

Nesse contexto, a proliferação da COVID-19 no Brasil e a necessidade de suspender as aulas presenciais, juntamente da abstenção do Estado em promover formação continuada dos professores das escolas públicas no intuito de prepará-los para a realidade de ensino remoto e/ou híbrido, tornou ainda mais evidente a precarização do processo de ensino-aprendizagem da educação pública. A mudança repentina no modelo de ensino do presencial para o on-line colocou em xeque a saúde mental dos professores no sentido de que estes passaram a trabalhar com o dobro da demanda, com a necessidade de se fazerem presentes na vida de seus alunos 24 horas por dia e com a incessante

busca de novas estratégias de ensino para que seus discentes não fossem mais prejudicados com as consequências da COVID-19, tudo isso sem aumento salarial ou qualquer auxílio direto.

Sabendo que em cada nível educacional existem crianças e/ou adolescentes agrupados por faixa etária e etapas de desenvolvimento cognitivo específicos, optou-se por analisar neste artigo, predominantemente, as estratégias adotadas por escolas de ensino fundamental, pois nesse nível de ensino as crianças com cognição bem mais desenvolvidas que as da etapa anterior, já conseguem usar os aparelhos tecnológicos, porém, precisam de atenção constante por parte do professor nas suas atividades para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Esse é um cenário bastante desafiador tanto para o professor, que precisa estar presente e ao mesmo tempo manter o isolamento social, como para a família, que precisa auxiliar o filho/aluno nas atividades escolares, como para o aluno que passa a vivenciar uma realidade fora da sala de aula, cheia de distrações.

Dessa forma, o presente estudo visa fazer uma breve análise sobre as diferenças entre as escolas públicas e privadas, trazer as principais dificuldades das escolas públicas antes da pandemia, esclarecer como foi realizada a mudança de ensino e a adaptação ao novo contexto da COVID-19 e fundamentar, por meio do estudo realizado por meio de artigos científicos e materiais coletados sobre o assunto, a realidade do docente e do discente nesse novo contexto e quais são as principais estratégias que estão sendo realizadas para que o processo de ensino-aprendizado seja contemplado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A existência da desigualdade e oportunidades educacionais no Brasil não é atual. Porém, a pandemia trouxe essa realidade e contexto histórico vivido pelos alunos e professores das escolas públicas ainda mais à tona, escancarando a falta de investimentos e de políticas públicas do Estado para a promoção de um processo de ensino de qualidade, capacitação e profissionalização dos docentes, além da faixa salarial não condizente com a quantidade de trabalho realizado por esses profissionais da educação.

Tendo em vista a exorbitante diferença de preparo entre os alunos de instituições públicas e instituições privadas, que se agravou ainda mais durante a atual conjuntura da COVID-19 e a diferença socioeconômica entre eles, é possível perceber que as consequências desse momento se estenderão por muitos anos, como o aumento do analfabetismo funcional no país, e a diminuição de alunos das instituições públicas na adesão e aprovação dos vestibulares para as universidades.

A previsão futura poderia ser mais promissora se o ensino público não estivesse tão sucateado no momento da pandemia. O baixo rendimento escolar e a baixa qualidade de ensino já eram realidades anteriores à proliferação do vírus e a crise no sistema educacional.

2.1 A realidade das escolas públicas antes da pandemia da COVID-19

Segundo o que consta na Constituição Federal de 1988, a educação deve ser primordial e igualitária para todos os seres humanos, de modo que eles sejam preparados para a vida de forma íntegra. Mas será que isso de fato acontece?

Para Guimarães (2015), em sua pesquisa sobre a avaliação do ensino das escolas públicas do Brasil, não. Conforme dados levantados pelo autor e por meio da Prova Brasil, que realiza o nivelamento de ensino entre alunos do 5º ao 9º ano, 60% desses estudantes não conseguem localizar informações explícitas em contos de fadas e reportagens, 90% não aprenderam a converter medida de metros para centímetros e 88% não conseguem apontar a ideia principal dentro de uma crônica ou um poema.

Essas são algumas das habilidades mínimas esperadas nessas etapas da escola, que nossos estudantes não exibem. É o que mostram os resultados da última Prova Brasil, divulgados pelo governo federal no final de novembro. A prova avalia, a cada dois anos, o desempenho de alunos do 5º e do 9º ano em português e matemática. É usada para compor o principal indicador de qualidade da educação do país, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (GUIMARÃES, 2015. p. 1).

Com salas lotadas, poucos recursos de infraestrutura, e a falta de professores em diversas escolas da rede pública, Zapata (2018) ressalta que quatro em cada dez professores do ensino médio do Brasil dão aulas de

disciplinas para os quais não possuem a menor formação específica para a sua atuação. Uma triste realidade mostra também a ótica de uma pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, mostrada por Zapata (2018), que 48% dos professores da rede pública de ensino escolar não recomendariam sua própria profissão para outras pessoas, sendo que os mesmos ganham 25% menos do que outros profissionais de outras áreas com o mesmo nível de formação.

Além disso, em sua pesquisa para exemplificar o grande abismo entre as instituições de ensino da rede pública de escolas com as privadas, Zapata (2018) identifica, ainda, em sua pesquisa diferenças significativas sobre os resultados de ambas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De 10% das escolas com maiores notas no ENEM de 2017, apenas 18% são públicas e 82% são particulares, onde vale ressaltar que essas escolas públicas são ditas a de elite, federais ou estaduais do ensino técnico, podendo também esclarecer o outro extremo, onde 10% das escolas que apresentaram a menor nota, todas são de instituições públicas.

Assim, é possível destacar o déficit de ensino-aprendizagem nas instituições de escolas públicas, onde a maioria dos alunos apresentam índices preocupantes em relação ao seu desenvolvimento no ensino, mostrando então, a necessidade da aplicação de políticas públicas cada vez mais eficazes e presentes para garantir a melhora na qualidade do ensino para os alunos de escolas públicas. Mas, para que isso seja possível, para Mendes (2009), se faz mais do que necessário o acompanhamento e a avaliação de todas as políticas públicas na área da educação, além também da necessidade do reconhecimento do profissional da educação, para que assim seja feita de fato a implantação da educação de qualidade para todos.

Mendes (2009) também identifica um acúmulo de atraso de mais de 100 anos que o Brasil possui referente ao dever do Estado em fazer a escola pública para todos, e não para alguns. Apesar de hoje as escolas terem um acesso favorecido aos jovens e adultos brasileiros, as desigualdades se permaneceram presentes ao se comparar com as instituições de ensino privada, tanto em relação a infraestrutura, materiais didáticos, quanto a oportunidades educativas diferenciadas.

Dessa forma, é possível perceber a defasagem das escolas públicas na promoção do ensino e aprendizagem para todos os seus alunos, além também

de destacar a falta de infraestrutura na promoção da educação e a falta de recursos financeiros para a valorização dos profissionais de ensino, tendo em vista nos obstáculos que tanto os alunos quanto os professores precisam passar todos os dias para exercerem suas funções dentro das escolas públicas, analisando assim, a necessidade de políticas públicas socioeducacionais se fazerem presentes e ativas para a melhoria da qualidade do ensino dentro dessas instituições.

Até o momento, todos os dados e dificuldades apresentados dizem respeito a uma realidade educacional de luta constante pela mudança. Por ironia do destino, de uma hora para outra, de fato ocorreu a tal mudança na educação nos últimos tempos, porém não foi a melhoria na qualidade de ensino conforme se esperava, pelo contrário, foi uma crise generalizada em toda sociedade que passou a enfrentar um fenômeno caótico completamente novo: o surto da COVID-19 que se instaurou no mundo inteiro.

2.2 Início da pandemia e mudanças no modelo de ensino

O primeiro caso da doença COVID-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, surgiu em 31 de dezembro de 2019, em uma cidade da província de Hubei, conhecida como Wuhan, na República Popular da China (OMS, 2020). Uma semana depois, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus, que rapidamente foi transmitindo de pessoa para pessoa até atingir cada um dos continentes. No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da Organização (OMS, 2020).

Dados da OMS indicam que cerca de 80% das pessoas infectadas pelo novo coronavírus apresentam quadros assintomáticos e aproximadamente 20% desenvolvem dificuldades respiratórias, levando a graves sintomas de pneumonia (BRASIL, 2020). Apesar da baixa taxa de letalidade, se comparada com outras doenças, a COVID-19 é altamente infecciosa. Por isso, com o crescente número de infectados e a pequena quantidade de leitos hospitalares para comportar toda demanda, autoridades do mundo inteiro decretaram o isolamento social como principal medida preventiva para conter o avanço da

doença. Logo, vários setores da sociedade precisaram se adequar às medidas de isolamento.

No Brasil, no dia 18 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu todas as aulas presenciais através da portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizando substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizassem meio e tecnologias de informação e comunicação, enquanto durasse a situação de pandemia (BRASIL, 2020). Em outras palavras, o MEC estava autorizando cursos superiores, de educação básica e demais escolas públicas e privadas a alterarem seus modelos educação para à distância, sendo que até então só poderiam ser realizados na modalidade presencial.

A educação a distância foi tida como a única alternativa possível para dar continuidade ao ano letivo diante do cenário atual, justamente pela sua característica peculiar de não ser necessário uma aproximação física para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, conformando com o isolamento social.

Dada necessidade de uma reação rápida diante da crise que se impôs, observou-se esforços das escolas em transferir o conteúdo pedagógico da modalidade presencial para a virtual, ou remota. Porém, nem professores, nem alunos, nem escolas sabiam como atuar no modelo de Educação a Distância (EaD), visto que este requer uma organização própria de currículo, materiais de apoio e avaliação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

2.3 Educação a distância ou Ensino a distância?

A fim de tornar claro o caminho seguido pelas escolas durante a pandemia, faz-se necessário esclarecer, inicialmente, a diferença entre os termos ensino e educação. Ensino é simplesmente uma reprodução de informação, é a transmissão de conhecimento daquele que o detém – no caso o professor – para aquele que não sabe – no caso o aluno, enquanto Educação é um processo formativo, crítico e libertador, é uma relação muito mais íntima de transformação entre educador e aluno (PRETI, 2009). O estabelecimento de uma educação requer planejamento muito maior e organização própria de currículo de acordo com o contexto do aluno.

Dentre as várias formas de se educar, a EaD é uma delas. Segundo o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2020), a educação a distância é uma modalidade de ensino na qual professores e alunos estão separados física e temporalmente e, por isso, faz-se necessário a utilização de meios e tecnologias de informação que possibilitem a comunicação indireta. Em suma, a Educação a Distância é uma alternativa pedagógica que foge ao modelo tradicional de ensino em sala de aluno (presencial), na qual as atividades educativas entre estudantes e professores podem ocorrer em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017). Por vezes, o EaD se constitui como uma forma de democratização do saber, do acesso, da permanência e qualidade de ensino (PRETI, 1996).

Vale ressaltar que essa modalidade de ensino é regulamentada pelo decreto nº 9057 que, em seus artigos 1º e 2º, confirma a oferta tanto da educação básica como do ensino superior nessa modalidade, desde que sejam asseguradas as condições de acessibilidade, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017, p. 1).

Dadas condições de regulamentações e características do EaD, nem toda escola possuía condições de aplicar um modelo de educação a distância no período da pandemia da COVID-19, seja por conta da estrutura, do perfil do aluno, do contexto social econômico desse aluno ou da qualificação do professor. Portanto, o que aconteceu, e vem acontecendo, foi uma adaptação da transmissão do saber de um ambiente presencial para o ambiente remoto, mediante uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, não sendo, portanto, uma Educação, mas sim um ensino remoto (CRAIG, 2020).

Dessa forma, no decorrer deste trabalho, falaremos em ensino remoto e/ou híbrido quando estivermos nos referindo ao novo modelo de ensino disseminado pela pandemia. Modelo esse completamente novo para a maioria dos professores que passaram a fazer verdadeiras “manobras” no intuito de alcançar seus alunos, agora em tempos e espaços diferentes.

2.4 Caminhos para ensinar na pandemia

O uso de aparelhos celulares, de redes sociais, de *lives* se intensificou durante a pandemia, mas o que as pessoas de fora não se deram conta, foi a

realidade dos alunos e professores das escolas públicas que, conforme citado por Tarcízio (2020), em sua maioria, não possuíam acesso ilimitado à internet, faltavam-lhes computadores e espaços próprios dentro de casa, enfrentavam sobrecarga de trabalho, esgotamento emocional por ficarem 24 horas tentando ajudar à todos, dificuldades de conteúdo, tanto dos alunos como dos professores que não foram preparados para ministrar aulas na modalidade remota.

Demais problemas sociais também foram apontados por Tarcízio (2020), como a falta de merenda, evasão escolar e maior exposição à violência, seja ela física, sexual ou psicológica, problemas na relação família-escola devida dificuldade para os professores entrarem em contato com os pais dos alunos e baixa escolaridade dos familiares que não conseguem auxiliar nas tarefas.

Dessa forma, Santos (2020), pontua precisamente a falta de apoio do Estado na estruturação e formação dos professores, onde não foi oferecido cursos profissionalizantes para que eles pudessem enfrentar essa nova realidade.

Os desafios para testar e aplicar essas ferramentas digitais são inúmeros: além da própria demanda elevada, muitos estudantes não têm acesso regular à internet, ou dividem aparelhos celulares com outras pessoas da casa. Some-se a isso que poucos educadores tiveram contato com tecnologias educacionais em sua formação e, em muitos casos, não possuem equipamentos adequados para produzir conteúdos digitais. (SANTOS, 2020, p. 1).

Todavia, a categoria não mediu esforços para melhorar as estratégias e alcançar seus alunos proporcionando o mínimo de um dos seus direitos fundamentais, a educação. Santos (2020) afirma que os professores destacaram a importância do uso do *Whatsapp* na hora do compartilhamento de conteúdo e na comunicação com os seus alunos. Além dele, outra ferramenta bastante utilizada foi o *YouTube*, onde a maior barreira para os professores, ainda segundo Santos (2020) foi na aplicação do essencial sobre os conteúdos, a filtragem dele se faz necessária porque no ensino remoto e/ou híbrido não dá para transpor todo o conteúdo como no presencial. Outros aplicativos que se fazem presentes como estratégias alternativas para promover a educação estão o *Telegram* e o *Google Classroom*.

Outra estratégia usada que foi identificada por Carvalho (2020), em sua reportagem com os professores da região de Rio Preto, mostra que os profissionais de ensino estão realizando *delivery* de tarefas nas zonas rurais a

cada 15 dias. Na visita, os profissionais aproveitam o momento para tirar as dúvidas dos alunos, deixar as atividades e trazer de volta as tarefas para correção da semana anterior.

E assim seguem os profissionais e alunos da rede de educação pública do país, um momento de grande dificuldade no processo de ensino-aprendizado que vem trazendo ainda mais distância competitiva, em relação a qualidade do aprendizado, com os alunos de instituições privadas. Um momento de grande necessidade de inovação e criatividade que acarretou o desgaste emocional de professores e discentes para tentarem recuperar o processo de educação e não serem ainda mais prejudicados. Um cenário de superação necessária, sem “romantização”, mas no intuito de apresentar a necessidade do investimento contínuo e maior do Estado para com as escolas públicas.

3 METODOLOGIA

No intuito de alcançar o objetivo proposto referente ao tema, a metodologia adotada para a realização do presente artigo foi a qualitativa. Por meio de pesquisas bibliográficas, artigos e entrevistas eletrônicas, foi possível explorar e contemplar os requisitos definidos para a realização do trabalho, assim como compreender as vertentes necessárias abordadas no artigo como a realidade das instituições públicas antes e depois da pandemia da COVID-19, as dificuldades enfrentadas pelo professor e pelo aluno durante esse contexto e as principais estratégias usadas pelos docentes para promover o processo de ensino-aprendizado na modalidade de ensino remoto e/ou híbrido. O estudo foi realizado através do olhar dos autores analisados, para direcionar na construção necessária do estudo e poder apresentar os dados e estatísticas atuais do problema de forma mais lúcida e educativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pandemia chegou sem nenhum intuito de trazer pontos positivos para educação no Brasil. Se antes o déficit de ensino dentro das escolas públicas já era exorbitante, durante a pandemia tornou-se mais precário ou, até mesmo, ausente. Mesmo com todas as dificuldades presentes antes da pandemia e do

enorme desafio que as escolas públicas estavam prestes a enfrentar, professores e gestores municipais e estaduais realizaram movimento de promoção de novas estratégias para conseguir alcançar seus alunos e perpetuar o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia.

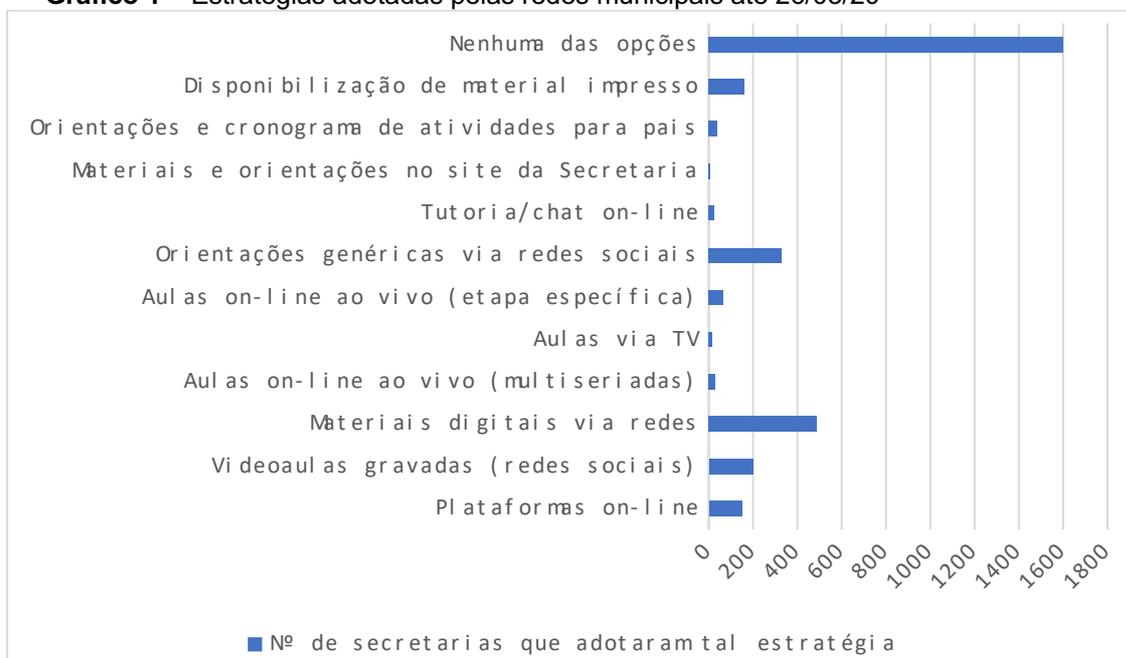
Por todo território brasileiro, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996; 2020), estados e municípios dividem atribuições quanto ao sistema educacional público. Cabe aos municípios a oferta, principalmente, da Educação Infantil e Fundamental I e II, enquanto os estados devem priorizar a oferta do Ensino Médio, podendo atuar em parceria com os municípios também ofertando os ensinos fundamentais (1 e 2). Com base na pesquisa realizada por (CIEB, 2020) em 26 de março de 2020, 2.522 secretarias municipais (45,2% do total nacional) e 20 secretarias estaduais (74% do total nacional) já haviam emitido normativas para suspensão das atividades presenciais, sendo que, apenas 7,7% das secretarias municipais orientaram sobre qual estratégia de ensino deveria ser adotada no período de isolamento que se iniciava, enquanto 27,3% preferiram adiantar as férias/recesso e o restante apenas suspenderam as aulas. Na perspectiva estadual, 20% das secretarias adotaram atividades para cumprimento de carga horária letiva, 20% adiantaram as férias/recesso e o restante suspenderam as aulas.

Esses resultados demonstram um número expressivo de secretarias (90,3% municipais e 80% estaduais) que optaram por não dar continuidade com as atividades escolares. A princípio, aponta-se a dificuldade de traçar estratégias que atendam as diferentes necessidades dentro do contexto educacional público como um dos fatores relevantes para que apenas algumas secretarias conseguissem definir soluções. De fato, o atual contexto educacional é de reinvenção, tanto para escolas públicas municipais e estaduais, como para as privadas, mas fazer isso dentro de uma realidade com desigualdades sociais é uma tarefa ainda mais complicada no sentido de atingir a equidade de oportunidades.

Conforme apresentado no Gráfico 1, grande parte dos municípios declararam não terem adotado nenhuma estratégia, o que coincide com o alto número de secretarias municipais que optaram pela suspensão das aulas. Das que adotaram estratégias, observa-se a preferência pelas redes sociais como meio de veiculação das informações, ou seja, o professor envia materiais digitais

específicos, videoaulas gravadas ou orientações genéricas via redes sociais para que seus estudantes acessem dos seus aparelhos em casa, com apoio de livros didáticos (BRASIL, 2020; CIEB, 2020).

Gráfico 1 – Estratégias adotadas pelas redes municipais até 26/03/20



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Todos pela Educação (2020).

Nesse cenário, são apontadas a faixa etária predominante no ensino fundamental (crianças com cerca de 6 a 10 anos) e a metodologia de ensino presente nesse nível de ensino como fatores determinantes para escolha das estratégias. Em níveis mais avançados, como no ensino médio, as aulas presenciais se tornam mais expositivas, pois o aluno tem certa autonomia para construção do próprio conhecimento, porém, em níveis fundamentais de ensino a interação professor-aluno e a utilização de atividades pedagógicas criativas são essenciais para construção desse conhecimento, pois nessa fase a criança que está aprendendo a ler e escrever precisa ser assessorada de perto por alguém qualificado, nesse caso o professor.

Estratégias de transmissão de conhecimento monótonas, como no caso das aulas *on-line* ao vivo, não são boas escolhas para alcançar esses alunos que facilmente se tornam dispersos. É necessário um processo de ensino-aprendizagem mais interativo. Além desse fator interação presente no uso das redes sociais, levantada como estratégia mais escolhida para veiculação das informações, aponta-se também - o que provavelmente é de fato a variável mais

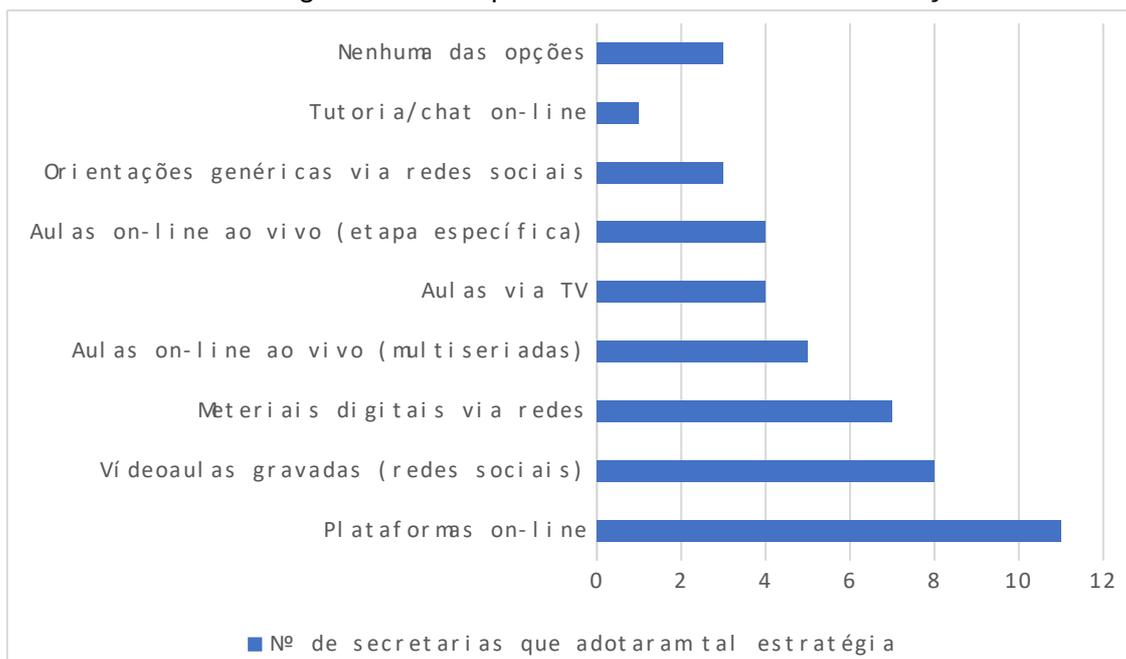
relevante - o fator familiaridade com o uso dessas ferramentas e a facilidade no acesso, visto que plataformas como *Google*, *WhatsApp* e *YouTube* já eram de conhecimento da maioria das famílias e não se faz necessário um aparelho tecnológico potente para uso dessas ferramentas.

Contudo, mesmo com estratégia consideradas simples como disponibilização de grupos de mensagem para pais e alunos, nem todas as famílias serão contempladas, pois um aluno da zona rural, por exemplo, pode não ter equipamento ou conectividade em casa. Nesses casos, algumas secretarias municipais adotaram a disponibilização de apostilas, livros didáticos e/ou outros materiais impressos com atividades a serem realizadas pelos estudantes com a ajuda dos pais.

A família tem sido de fundamental importância nesse processo de perpetuação do ensino nas escolas públicas municipais. Na ausência dos professores, os pais estão ocupando o papel de orientador e motivador dos filhos para realização das atividades.

Agora, ao analisar as estratégias adotadas pelas redes estaduais, conforme apresentado no Gráfico 2, percebe-se um predomínio maior da plataforma on-line e do uso de aulas on-line transmitidas ao vivo pelos professores. Amaral (2020) também corrobora essas estratégias adotadas pelos estados no que tange aos discentes do ensino médio, relatando a utilização de canais específicos para a realização de aulas ao vivo através de plataformas digitais ou via televisão, além do uso das redes sociais para se comunicar com os alunos e enviar as videoaulas gravadas, fazer tutoria online, dentre outros aspectos listados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Estratégias adotadas pelas redes estaduais até 26 março de 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Todos pela Educação (2020).

Como principal exemplo do que está sendo realizado, é possível identificar através da pesquisa realizada por Marques (2020), os resultados do processo de ensino-aprendizagem nos alunos de ensino médio do Paraná, tendo como perspectiva uma amostra sobre como está sendo realizado. Foi possível analisar através de sua pesquisa que 73% dos alunos estão conseguindo acompanhar as aulas via Youtube, 20% pelo canal reservado na TV para a promoção das aulas e 7% sem conseguir acessar as aulas promovidas.

Além disso, 87% possuem computador com acesso à internet Wi-Fi, mas 13% afirmaram não terem uma internet de qualidade para a realização das atividades propostas via plataforma *Classroom*, onde chegamos à necessidade da rotina de estudo, que apenas 73% conseguiram estabelecer essa rotina, por verem a necessidade de se aprofundarem nos conteúdos após as aulas e 27% não conseguiu, por não ter muito conhecimento das plataformas utilizadas e por não conseguirem tirar dúvidas na maioria das vezes. Foi percebido também um nível de desmotivação razoável e extrema desmotivação na maioria dos alunos, onde apenas alguns se sentem razoavelmente motivados para continuar os estudos através da metodologia de ensino remoto e/ou híbrido.

É importante ressaltar que as secretarias optaram por escolher uma ou mais estratégias para continuar garantindo a aprendizagem dos estudantes de

acordo com a realidade do município ou do estado, mas a escolha de tais estratégias não significa necessariamente que ela foi de fato implantada nas escolas, elas podem estar no âmbito das ideias ou em planejamento (CIEB, 2020). Além disso, “[...] cada escola pode atuar de forma independente de acordo com aquilo que acredita ser mais coerente com seu contexto [...]” (CIEB, 2020, p. 18).

O fato é que é notável a dificuldade, não só dos professores em estabelecer estratégias para alcançar seus alunos diante de todos os problemas que eles precisam enfrentar na sua rotina pessoal e profissional, mas também do aluno, desde o ensino fundamental até o médio. Essas dificuldades podem desencadear consequências futuras para os professores, como os já mencionados impactos na saúde mental, e para os alunos que não tem o privilégio de uma educação de qualidade, sendo refletido diretamente no desempenho acadêmico, como nas avaliações nacionais (Exame Nacional do Ensino Médio).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre Educação Pública, é preciso levar em consideração a premissa básica da equidade. Devido ao fato de existirem diversas realidades sociais em um mesmo município, é quase impossível traçar uma única estratégia igualitária para todas as escolas e esperar que elas tenham o mesmo resultado, visto que cada escola e cada família tem sua própria necessidade. Dessa forma, gestores e professores devem mapear as demandas específicas da sua escola para então traçar estratégias que visem diminuir as desigualdades sociais, entregando mais para quem precisa de mais. Equidade é fazer com que o conteúdo escolar alcance a todos, não necessariamente utilizando a mesma estratégia.

Com a realização deste trabalho, pode-se perceber que a principal alternativa utilizada, não só pelas escolas públicas, mas também pelo sistema educacional como um todo, para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia, foi o uso de tecnologias e do ambiente on-line como meio de propagação e perpetuação do ensino que passou agora a ser chamado de ensino remoto e/ou híbrido. Essa estratégia atende ao caráter

igualitário, uma vez que propõe a todos o mesmo meio de comunicação, porém peca no sentido da equidade, sendo princípio fundamental na educação pública, pois não leva em consideração as desigualdades sociais e as diferentes necessidades de cada contexto, principalmente dentro do setor público.

Ainda assim, uma pequena parcela de professores e gestores conseguiram adotar diferentes estratégias para alcançar de forma equitativa os alunos do ensino público, como por exemplo, a utilização de redes sociais para compartilhamento dos materiais didáticos e videoaulas gravadas, além de fornecerem materiais impressos para aqueles que não tinham aparato tecnológico e conectividade.

Já a grande maioria de professores, juntamente das secretarias de educação, não conseguiram adotar de forma eficiente estratégias para alcançar seus alunos por conta de diversas dificuldades enfrentadas pelas escolas que vão desde problemas estruturais, passando pela dificuldade de adequação dos professores ao meio digital e ao ensino a distância, até as desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos pais e alunos.

Apesar de todos os problemas decorrentes desse período de pandemia, não podemos deixar de mencionar que o momento também trouxe a oportunidade de conhecer novas tecnologias, de promover a imersão digital daqueles professores que até então não tinham tanto contato com tecnologias, fazendo com que eles se aproximassem mais da realidade dos alunos que já nasceram no meio digital. Sem falar da importância que a aquisição de equipamentos como tablets, computadores pelo setor público terão daqui para a frente no contexto educacional, no sentido de tornar a educação pública mais tecnológica, próximo do que já era feitas pelas escolas privadas.

É claro que nesse momento de maior utilização das mídias digitais deve-se ter cautela com o uso excessivo ou com o prolongamento das atividades escolares para o ambiente remoto no que se tem chamado de “novo normal”. No caso, as aulas presenciais são essenciais para um aprendizado eficaz, dadas interações sociais e inúmeros estímulos que o ambiente escolar proporciona, e que uma tela de celular não é capaz de substituir. Esse de fato, o “normal”, o que estamos vivenciando é apenas temporário.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Henrique Uyeda. Estratégias educacionais durante a pandemia no Brasil. **Camadas Educacionais**, São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <https://camadaseducacionais.com.br/blog/estrategias-educacionais-durante-a-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 29 out 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é educação a distância**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823;o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 02 out 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus (Covid-19)**. Brasília, DF: MS, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID – 19. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-3-de-abril-de-2020-251289119>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNE em Movimento**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/17-cooperacao-federativa?start=4>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CARVALHO, Rone. Professores da Região de Rio Preto fazem ‘delivery de tarefas’ na área rural. **Diário da Região**, Educação, São José de Rio Preto, jul. 2020. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/2020/07/1199231-professores-da-regiao-de-rio-preto-fazem----delivery-de-tarefas----na-area-rural.html>. Acesso em: 02 out 2020.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para Ensino Remoto**. [S.I.]: CIEB, 2020. 28 p. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/04/CIEB-Planejamento-Secretarias-de-Educacao-para-Ensino-Remoto-030420.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

CRAIG, Ryan. What Students Are Doing Is Remote Learning, Not Online Learning. There's a Difference. **Opinion – EdSurge**, 2020. Disponível em: <https://www.edsurge.com/news/2020-04-02-what-students-are-doing-is-remote-learning-not-online-learning-there-s-a-difference>. Acesso em: 02 out. 2020.

GUIMARÃES, Camila. O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado. **Época**, São Paulo, jan. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasil-ruim-desigual-e-estagnado.html>. Acesso em: 01 out 2020.

MARQUES, Romualdo. A resignificação da educação e o processo de ensino aprendizagem no contexto da pandemia da COVID-19. **Rev. Boca.**, Boa Vista, v. 3, n. 7, p. 31-46, 2020. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/boca>. Acesso em: 28 out 2020.

MENDES, Maria Socorro dos Santos. Qualidade de ensino na escola pública: desafios e (im)possibilidades. **Rev. Psicologia: Ensino e Formação**, Alagoas, p. 61-71, jul. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n2/v1n2a06.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **COVID-19**. [S.l.]: OPAS, OMS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 02 out 2020.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT. 1996.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância**: fundamentos e políticas. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

TARCÍZIO, Igor. Obstáculos do ensino à distância na rede pública durante a pandemia do covid-19. **Socialismo Criativo**, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 02 out. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19**. [Curitiba: MPPR], 2020. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/todos_pela_educacao/nota_tecnic_a_ensino_a_distancia_tospelaeducacao_covid19.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

SANTOS, Victor. Estratégias criativas que os professores encontraram para dar aula à distância. **Nova Escola**, São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19385/escola-x-pandemia-estrategias-criativas-que-os-professores-encontraram-para-dar-aulas-a-distancia>. Acesso em 03 out. 2020.

ZAPATA, Emiliano. **Sobre o Abismo Entre as escolas públicas e particulares**. São Paulo: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://www.emilianozapata.com.br/abismo-escolas-publicas-particulares/>. Acesso em: 02 out. 2020.

Artigo recebido em: 07/02/2022

Artigo aceito em: 30/03/2022